

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.701 - MT (2018/0329116-9)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : PEDRO BRIANTE
ADVOGADOS : PÉRICLES LANDGRAF ARAÚJO DE OLIVEIRA -
PR018294
HENRIQUE JAMBISKI PINTO DOS SANTOS E OUTRO(S) -
PR031694
FAUSTO LUÍS MORAIS DA SILVA - PR036427
KELLEN CRISTINA BOMBONATO SANTOS - PR036778
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA E OUTRO(S)
- MT020495A

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DISPOSITIVOS SUPOSTAMENTE VIOLADOS E INTERPRETADOS DE FORMA DIVERGENTE. NÃO INDICAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER DO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por PEDRO BRIANTE contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, assim ementado (e-STJ fls. 312-313):

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - NOTA PROMISSÓRIA - TÍTULO EXECUTIVO - PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA - INDEFERIMENTO DE PROVA ORAL - PROVA EMINENTEMENTE DOCUMENTAL - NÃO OCORRÊNCIA - JUROS REMUNERATÓRIOS NO PERCENTUAL DE 0,5% A.M. PERCENTUAL DE 6% A.A. DENTRO DA NORMALIDADE - CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - AUSÊNCIA DE COBRANÇA - ABUSIVIDADE NÃO CARACTERIZADA - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

O indeferimento da produção de provas não constitui, por si só, cerceamento de defesa, porquanto cabe ao juiz indeferir as diligências inúteis ou meramente Protelatórias, nos termos do artigo 370 do Código de Processo Civil (art. 130 CPC/73).

Nos contratos bancários não se aplica a limitação da taxa de juros remuneratórios em 12% ao ano. Precedentes. Taxa de juros cobrada, na espécie, de 0,5% a.m. que não se mostra abusiva.

É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto (REsp 1061530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe, 10/03/2009), o que não se observou na espécie.

Somente a cobrança de encargo abusivo no período da normalidade contratual, descaracterizada a mora do devedor (Resp 1061530/RS).

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta que o acórdão nega vigência e eficácia a lei federal. Afirma que o débito rural não pode ser considerado exigível, uma vez que tem direito ao enquadramento de sua dívida no Plano Especial de Saneamento de Ativos - PESA; que houve cerceamento de defesa, pois o Juízo reconheceu desnecessária a produção de prova no processo, não podendo a recorrente comprovar que seu crédito se enquadra no Plano PESA (prova testemunhal) e que houve anatocismo no valor executado (prova pericial). Aponta dissídio jurisprudencial.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 446-457).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ, fls. 234-235), o que ensejou a interposição do presente agravo.

Foram impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as

interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Com efeito, não há, na fundamentação do recurso, a indicação adequada da questão federal controvertida, porquanto em que pese fazer menção a inúmeros dispositivos de lei federal, a recorrente deixa de apontar, de forma expressa, clara e objetiva, o dispositivo de lei federal supostamente violado ou sobre o qual haveria divergência jurisprudencial, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 284 do STF.

Ressalto que tal óbice aplica-se tanto para a interposição do recurso com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, quanto para a interposição com base em divergência jurisprudencial.

Confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL SUPOSTAMENTE VIOLADO OU OBJETO DA ALEGADA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA N. 284 DO STF. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. MATERIAIS DEVIDAMENTE PRESCRITOS PELO MÉDICO ASSISTENTE. ABUSIVIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA N. 83 DO STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO. VALOR FINAL PROPORCIONAL E RAZOÁVEL. DECISÃO MANTIDA.

1. O conhecimento do recurso especial exige a indicação do dispositivo legal supostamente violado ou objeto da alegada divergência jurisprudencial. Ausente tal requisito, incide a Súmula n. 284/STF.

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1715583/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/02/2020, DJe 20/02/2020)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM PEDIDO REVISIONAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI VIOLADO. SÚMULA Nº 284 DO STF. DIVERGÊNCIA

JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO SOBRE O QUAL PENDE O DISSÍDIO INTERPRETATIVO NÃO INDICADO. SÚMULA Nº 284 DO STF. MAIOR NÚMERO DE PEDIDOS ACOLHIDOS. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA CONFIGURADA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A ausência de expressa indicação de artigos de lei violados inviabiliza o conhecimento do recurso especial, não bastando a mera menção a dispositivos legais ou a narrativa acerca da legislação federal, aplicando-se o disposto na Súmula nº 284 do STF.

3. Para comprovação da divergência jurisprudencial é necessária a indicação do dispositivo de lei federal sobre o qual se manifeste o dissídio entre tribunais, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF.

[...]

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1576556/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/02/2020, DJe 19/02/2020)

Inviável, pois, a pretensão da agravante.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* está sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Por fim, deixo de majorar os honorários advocatícios na forma prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015, porquanto não houve prévia fixação na origem.

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator